A PSICOMOTRICIDADE NA MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SUPORTE I

ANDREIA CONCEIÇÃO FERREIRA

RESUMO

Nesta pesquisa faz-se a reflexão sobre a Educação Especial na Educação Infantil, não para limitar o tema, mas ter-se o foco num espaço que recebe muitas crianças com Transtorno do Espectro Autista. É na primeira infância onde ocorre os primeiros encaminhamentos. Vem -se como pode- se aliar o auxílio de novos conhecimentos para ajudar a criança que apresenta dificuldades de aprendizagem especificadamente o trabalho do psicopedagogo na escola. Pretende-se focar nas crianças da Educação Infantil, pois o tema inclusão vem tendo grande força na sociedade atual como um todo, e não só na esfera educacional, pois não envolve só profissionais de educação, mas também familiares que são de grande importância no progresso educacional da criança. Sendo assim esta pesquisa tem como objetivo mostrar que as crianças com necessidade especiais não devem mais serem tratadas somente como patologia e que é possível sim inserir essas crianças no universo dos considerados "normais", e como o psicopedagogo e professor pode criar vínculos potentes em relação a estas crianças. A entrada na escola significa para a criança uma grande ampliação de sua esfera de relações e para a qual ela traz uma história de experiências anteriores que lhe permitiram desenvolver uma determinada visão sobre si mesma. A criança com Transtorno do Espectro Autista, nesse sentido tem um pouco mais de dificuldades para enfrentar o espaço escolar. Porém na escola, conhecerá outras crianças com as quais compartilhará uma parte considerável de sua vida e estabelecerá importantes relações com adultos que não pertencem nem à sua família, nem às suas relações mais próximas. Assim a escola também contribuirá para a configuração do autoconceito geral da criança sendo ela portadora de Transtorno do Espectro Autista ou não. A Educação Infantil se faz importante para o desenvolvimento de seus aspectos específicos, como autoconceito ao que se refere às características e capacidades que a criança acredita possuir em relação ao mundo. Será abordado também a importância da escola como foco central que possibilite a criança enxergar muito além das suas limitações, a abordagem do psicopedagogo ao entender e intervir nas dificuldades que a criança apresentar pode uma maneira de evitar muitos problemas na aprendizagem mais tarde. Utiliza-se como referência que trazem a aprendizagem e a psicopedagogia como tema.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro Autista; Intervenção; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação – MEC, com base nos marcos legais, políticos e pedagógicos da educação brasileira, atua em parceria com as demais esferas de governo, para assegurar o direito de todas as pessoas à educação.

Por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, orienta os Estados, o Distrito Federal e os Município. Para a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. A fim de subsidiar esse processo de mudança, foi elaborado um conjunto de documentos, como notas técnicas e pareceres, além de decretos e resoluções, os quais estão reunidos nesta publicação, organizada para subsidiar as discussões, ações e o controle social das políticas públicas voltadas à inclusão escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Esta pesquisa mostra como a ocorre a inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar, pretendemos mostrar especificadamente a Educação Infantil, e a criança com Transtorno do Espectro Autismo. Divide-se esta pesquisa em tópicos para melhor e entendimento. Faz -se aqui um breve histórico sobre a legislação e como a inclusão ganhou-se notoriedade na sociedade brasileira garantia do direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva. Mostra-se a mediação da psicomotricidade doas crianças com Transtorno do Espectro Autista suporte 1. Traz como apoio autores que discorrem sobre o tema.

A GARANTIA DO DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representa um novo marco teórico e político da educação brasileira, definindo a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização; o conceito de atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à formação dos estudantes; e o público-alvo da educação especial constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. De acordo com as diretrizes da nova política:

a educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o aten-

dimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Revista Inclusão, p. 15).

No intuito de promover a implementação dessa Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, instituído pelo Decreto n° 6.094/2007 e ratificado no âmbito da Agenda Social da Presidência da República, fortaleceu e ampliou a formação de professores para a educação especial na perspectiva inclusiva, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação básica e superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício da Prestação Continuada – BPC. Reiterando os princípios da educação inclusiva, as Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008, CONAE/2010 e CONAE/2014, que no documento final salientam:

na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008)

Nesse cenário, a educação inclusiva tornou-se pauta constante nos debates educacionais brasileiros, impulsionando novas formulações que reorientam o apoio técnico e financeiro, no sentido de prover as condições para a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial nas redes públicas de ensino. Assim, o conceito de acessibilidade é incorporado como forma de promoção da igualdade de condições entre todos.

Visando instituir uma política pública de financiamento da educação inclusiva, foi publicado o Decreto nº 6.571/2008, incorporado pelo Decreto nº 7.611/2011, dispondo sobre o apoio da União aos sistemas de ensino para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado – AEE a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mantendo seu financiamento no âmbito do FUNDEB.

A educação especial, o acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular é condicionado, conforme expressa o conceito que orienta quanto à matrícula em classe comum:

ambiente dito regular de ensino/aprendizagem, no qual também, são matriculados, em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais. (Brasil,1994, p.19).

No artigo 3º, é definido o apoio técnico e financeiro a ser prestado pelo Ministério da Educação, com a finalidade de promover o atendimento educacional especializado tanto na educação básica quanto na superior por meio das seguintes ações:

Implantação de sala de recursos multifuncionais; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para educação inclusiva; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para acessibilidade; e estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (Brasil, 2008).

O financiamento da dupla matrícula de estudantes público-alvo da educação especial na educação básica é instituído, no âmbito do FUNDEB, de modo a fomentar a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da educação inclusiva, conforme disposto no artigo 6º:

admitir-se-á, a partir de 1º de janeiro de 2010, para efeito da distribuição de recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular. (Brasil, 2008).

Com o objetivo de orientar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, são instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, por meio da Resolução CNE/CEB, n° 4/2009. Este documento define, no artigo 1º, que cabe:

aos sistemas de ensino matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Espe-

cializado – AEE (Brasil, 2009).

De acordo com essas Diretrizes, o AEE deve integrar o projeto político pedagógico – PPP da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. A oferta deste atendimento deve ser institucionalizada, prevendo na sua organização a implantação da sala de recursos multifuncionais, a elaboração do plano de AEE, professores para o exercício da docência no AEE, demais profissionais como tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e aqueles que atuam em atividades de apoio.

De conformidade com o artigo 5º dessa resolução:

o Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (Brasil, 2009).

Dessa forma, o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino é compreendido a partir de uma nova concepção, em que a gestão educacional e a prática pedagógica são instituídas transversalmente a todos os processos de planejamento e organização, à luz dos princípios e fundamentos da educação como direito humano indisponível e incondicional.

DESMISTIFICANDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISMO NIVEL DE SUPORTE I

O Transtorno do Espectro Autista suporte I, o termo autismo leve pode ser enganoso. Para muitos, de “leve”, o autismo não tem nada. E é devido a essa percepção errônea que muitos autistas se sentem invalidados. É importante compreender que nem todos reagem bem ao termo “autista leve”, pois muitos não veem nada de “leve” na condição. Mesmo não apresentando estereotipias, seletividades e terem comunicação verbal, muitas vezes as relações são conflituosas e difíceis.

É importante compreender que não há uma característica física distintiva para uma pessoa no espectro autista, como já foi dito, seja ela de suporte nível 1, 2 ou 3. Deixa -se evidente que o Transtorno do Espectro Autista não tem cura e não é uma doença. Ele varia ao longo do espectro e pode evoluir ou regredir. Por exemplo, um autista nível 1 pode, em algum momento, se tornar nível 2 ou mesmo nível 3 não verbal, ou vice-versa.

Sabe-se que uma das características é o desinteresse ou a dificuldade de interagir, algumas crianças preferem se isolar ou têm desafios em ambientes de grupo. Outras simplesmente não desejam interagir. Por exemplo, às vezes há genuína falta de interesse em estar com as outras crianças, embora em outras ocasiões, sente falta de ter amigos as interações no ambiente escolar. O professor deve estar atento a estas especificidades e entender o momento da criança. Isto ocorre com observação e acolhimento.

Algumas crianças com o Transtorno do Espectro Autista agem como se não escutassem quando chamados, algumas crianças são até consideradas surdas pelos pais ou professores porque não respondem. Devido a esta característica os encaminhamentos para fonoaudiólogos surgem, o parecer que não está ouvindo é frequente nas crianças na primeira infância.

Outra característica que se percebe é a questão do olhar, há um mito de que Crianças com Transtorno do Espectro Autista não olham nos olhos. Não é verdade para todos. Muitos, não sustentam um olhar contínuo, mas ainda olham nos olhos. Pode haver desconforto, especialmente com estranhos. Qualquer criança perto de pessoas diferentes de seu convívio tem dificuldades. Isto não é características autistas. Sustentar o olhar pode ser ou não característica, mas da forma errônea como sempre passada pelo senso comum não é real.

As características podem variar de uma criança para outra, pois cada indivíduo com TEA é único. No entanto, algumas das características comuns incluem:

Dificuldades de comunicação: Dificuldades em manter uma conversa, compreender sarcasmo ou expressar emoções verbalmente; interesses restritos; foco intenso e obsessivo em tópicos ou atividades específicas, com pouco interesse em outros assuntos; comportamentos repetitivos: Comportamentos ou movimentos estereotipados, como balançar o corpo, bater as mãos ou alinhar objetos de maneira precisa; sensibilidades sensoriais; hipersensibilidade ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais, como luz, som, cheiros ou texturas.

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA CRIANÇAS TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISMO NIVEL DE SUPORTE 1

A intervenção precoce e personalizada é essencial para oferecer suporte adequado às pessoas com Autismo. Algumas estratégias de intervenção eficazes incluem:

Intervenção comportamental: Abordagens baseadas em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) podem ajudar a desenvolver habilidades sociais, comunicação

e comportamentos adequados; terapia da fala: Terapeutas da fala podem trabalhar para melhorar as habilidades de comunicação e linguagem da pessoa com Autismo Nível 1; terapia ocupacional: Terapeutas ocupacionais podem ajudar a pessoa a desenvolver habilidades de autocuidado, habilidades motoras e lidar com sensibilidades sensoriais; apoio educacional: escolas e professores podem implementar estratégias específicas em sala de aula para atender às necessidades individuais do aluno com Autismo Nível de suporte 1; intervenção familiar: envolver a família no processo de intervenção é crucial para fornecer um ambiente de apoio e compreensão para a pessoa com Autismo nível de suporte 1.

Crianças com Transtorno do Espectro Autista, nível Suporte 1 geralmente apresentam dificuldades na comunicação social e interação, mas conseguem realizar as rotinas estabelecidas no ambiente escolar. Podem apresentar dificuldades em iniciar conversas, compreender pistas sociais ou estabelecer relacionamentos, mas podem se beneficiar de intervenções e apoio para melhorar suas habilidades sociais, esta é a oportunidade que a Educação Infantil possibilita. As rotinas, o convívio e interações. E o mais importante de forma lúdica, podem ter dificuldades em situações sociais, comportamentos restritivos e repetitivos, mas requerem apenas um suporte mínimo para ajudá-las em suas atividades do dia a dia. Estas crianças geralmente apresentam dificuldades na comunicação e interação, mas conseguem lidar com rotinas diárias, por isso a importante do atendimento integrado escola e apoio externo. Podem ter dificuldades em iniciar conversas, compreender pistas sociais ou estabelecer relacionamentos, mas podem se beneficiar de intervenções e apoio para melhorar suas habilidades sociais.

As crianças com nível suporte 1 de autismo podem ser capazes de se comunicar verbalmente e de ter alguns relacionamentos, no entanto, podem ter dificuldade em manter uma conversa, assim como para fazer e manter amigos, já foi dito acima esta dificuldade, mas com auxílio do professor e de psicopedagogo estas questões vão melhorando com estes atendimentos mais frequentes. Se o professor juntamente com psicopedagogo, psicólogos e o auxílio outros profissionais podem criar uma rotina para esta criança, que sentirão seguras pois, em algumas situações sentem-se desconfortáveis com mudanças ou eventos inesperados, assim como querer fazer certas coisas à sua maneira. Por isso a importância da antecipação, repetição e o plano AEE descritos anteriormente.

As crianças com Transtorno do Espectro Autista, Nível suporte 1 as intervenções devem focar no desenvolvimento de habilidades sociais, comunicação funcional e autonomia. Com uma abordagem adaptada e estratégias de intervenção personalizadas, é possível oferecer o suporte necessário para que cada pessoa alcance seu potencial máximo e leve uma vida plena e significativa assim o professor e o psicopedagogo devem ter um alinhamento nas propostas para que o percurso desta criança iniciado na Educação Infantil seja proveitoso.

O AUXÍLIO DO PSICOPEDAGOGO A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NIVEL DE SUPORTE 1

Viu-se que dentro dos muros da escola, fica a responsabilidade de oferecer experiencias significativa, mais ativas, interativas e que movimentem o agrupamento como deve ser, coletivamente, valorizando outra especificidade dessa faixa etária, incentivando as interações, pois inicia ali a vida social e a validação de grupo.

Nesse cenário, a educação inclusiva tornou-se pauta constante nos debates educacionais brasileiros, impulsionando novas formulações que reorientam o apoio técnico e financeiro, no sentido de prover as condições para a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial nas redes públicas de ensino.

A formação do professor se constitui assim em atual e uma grande aliada para poder identificar o individuo como ser único, pensante, atuante, que aprende de uma maneira toda sua única e especial.

Um professor qualificado, um método de ensino adequado são facilitadores dessa aprendizagem são fatores fundamentais para que todo conhecimento que a neuropsicopedagia nos viabiliza seja efetivo, interagindo com as características do cérebro de nosso aluno. Esta nova base de conhecimentos habilita o professor a ampliar ainda mais as suas atividades educacionais, abrindo uma nova estrada no campo do aprendizado e da transmissão do saber.

Mesmo a Educação Infantil sendo base elementar do ensino aquelas crianças que não “acompanham” muitas vezes ficam esquecidos mais especificadamente aqueles que já possuem laudo ou de TEA. Como trazê-los para uma aprendizagem significativa e real.

a pedagogia por si só não pode fornecer o conhecimento específico necessário para a elaboração de ambientes de aprendizagens em áreas de conteúdo escolar específicas, particulares. Mas fornecendo insights sobre as capacidades e limitações do cérebro durante o processo de aprendizagem, a neuropsicopedagia pode ajudar a explicar porque, alguns ambientes de aprendizagem funcionam e outros não. (STERN. 2005 apud

GUERRA .2011, p. 4).

Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos estudantes, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino.

Embora o professor saiba todas estas funções, existem momentos em que necessita de um apoio com as crianças, o psicopedagogo pode auxiliá-lo de maneira efetiva na solução dos problemas de aprendizagem, na compreensão de alguns aspectos cognitivos dentro das necessidades educacionais especiais de aprendizagem, e atribuir novas práticas pedagógicas e a aprendizagem desta criança podem ter grandes avanços.

Para que possa compreender esse processo de aprendizagem é necessário sabermos que desde o nascimento o indivíduo é capaz de aprender por isso a importância das intervenções psicopedagógicas na Educação Infantil. O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Descobrir como a criança aprende criar atividades que o leve a superar suas dificuldades é o papel da parceria do psicopedagogo e do professor. Se cada criança busca diferentes formas para aprender, podemos verificar o quanto é fundamental esta parceria proporcionar às crianças formas diferentes de aprender.

Ressalta-se que a aprendizagem tem ganhos para que esta adaptação e aprendizagem sejam pontuais e eficazes. Primeiro conhecer o diagnóstico e segundo realizar adaptações curriculares e parcerias para que o desenvolvimento.

Criar ambientes ou espaços motivadores, empregando técnicas psicopedagógicas que permitam as crianças desenvolverem suas habilidades individuais, de acordo com suas necessidades, por meio do estímulo, da motivação e da curiosidade, construindo e fortalecendo suas as redes neurais que são as bases para o aprendizado efetivo, fazendo uso de diversos tipos de materiais lúdicos e técnicas diferenciadas, que tenham como objetivo, despertar o interesse das crianças, instigando-os a buscar diversas formas de utilização destes materiais almejando a construção do conhecimento, baseados em atitudes reais de aprendizado.

Se soubermos como a criança aprende e intervir facilitará o ensino-aprendizagem. Quando se trata de crianças com necessidades educacionais especiais, as questões relacionadas à interação social se tornam ainda mais importantes, já que, por possuírem algumas limitações, por exemplo, quanto às possibilidades de locomoção e exploração de objetos, são frequentemente consideradas incapazes de participar e contribuir nas atividades em grupo. Traze-la a participação pode ser uma forma de incentivá-las a aprender.

As relações entre pares têm destacado o papel da criança na interação social como um elemento importante a ser considerado no processo de construção, desenvolvimento e transformação do indivíduo, da cultura e da sociedade. Sendo assim pensa-se que mesmo as crianças com Transtorno do Espectro Autista têm de dificuldades de se relacionar, a parceria do psicopedagogo e do professor devem procurar inseri-lo aos projetos e ao grupo. Uma das formas de proporcionar esta interação seria trabalhar a repetição e antecipação.

Repetir a comanda sempre olhando para a criança. E repetir quantas vezes for necessário. O uso constante da repetição da instrução, na necessidade especial torna se necessário devido ao comprometimento da linguagem, que prejudica o entendimento de sequência complexas e da dificuldade para lidar com mudanças.

Percebe – se que ao dar as instruções são necessários que sejam comandas curtas, sem excessos de informações irrelevantes as tarefas. Antecipar as ações também é uma estratégia, mostrar o que irão fazer de forma simples e direta facilita a continuidade da rotina. Quando o professor insere a criança no contexto e prepara atividades que esta irá realizar está mediando uma aprendizagem que terá sucesso e não causara a frustações quando se negocia com o autista, se antecipa pistas do que a criança irá realizar possibilita a criança compreender que será feito.

Nesse sentido, o favorecimento da interação entre parceiros pode contribuir para os processos de construção e transformação de significados, no desenvolvimento da criança com necessidades especiais.

Experiências como antecipação e repetição podem ser consideradas bem-sucedidas, mesmo com algumas especificidades, demonstram apropriação de conhecimentos veiculados à cultura infantil. Para isso percebe-se claramente a relação professor criança como vínculo para esta aprendiza-

gem observa-se que as intervenções psicopedagógicas dentro da Educação Infantil desenvolvidas e a observação dos professores podem destacar que as ações planejadas beneficiam o processo de aprendizagem da criança incluída.

A atenção especial deve ser dada as deficiências que essas crianças possuem em comunicação, interação, linguagem e do comportamento e a programação psicopedagógica ser traçada em cima dessas necessidades. Levando em consideração que a criança com necessidade especial se caracteriza fundamentalmente pela falta de uniformidade em seu rendimento é preciso seguir uma programação educacional baseada na diagnose e na avaliação dos resultados, observando principalmente quais os canais de comunicação que o incapacita. É aconselhável que os psicopedagogos tenham conhecimento a necessidade da criança e atuem adequadamente.

A meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém de fora da Educação Infantil. As escolas inclusivas propõem um modo de constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e é estruturado em função dessas necessidades. Assim, a educação inclusiva contribuiria para uma maior igualdade de oportunidades a todos os membros da sociedade, sem necessariamente referir-se somente às pessoas com necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo refletir ao processo de aprendizagem das crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil. Fez-se um breve relato sobre a legislação que promovem a garantia dos direitos para as crianças com Transtorno do Espectro Autista ou a criança com deficiência.

Esse princípio fundamenta a construção de novos marcos legais, políticos e pedagógicos da educação especial e impulsiona os processos de elaboração e desenvolvimento de propostas pedagógicas que visam assegurar as condições de acesso e participação de todos os estudantes no ensino regular. Portanto, a pessoa deficiente é aquela que vive em situação de bloqueios eventuais ou permanentes, em consequência de um mal, perda ou restrição.

A pesquisa não é inédita, pois as crianças com Transtorno do Espectro Autista hoje recebem um olhar diferenciado, teve-se o a preocupação de instruir algumas maneiras possíveis do professor e do psicopedagogo se trabalharem em parceria. pensa-se que o professor pode sim ser mediador orientando de uma forma mais assertiva e de qualidade o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Percebe-se que ao longo dos tempos, a educação tem se focado no conhecimento transmitido de forma mecânica e homogênea, sem levar em consideração a individualidade de cada criança, apresentando falta de consciência dos processos mentais que permeiam a aprendizagem de cada um.

Por sua vez, as crianças também se acomodaram dentro destes padrões, os quais, aqueles que não conseguiam aprender eram rotulados como incapazes, porém a garantia de direitos vem trazendo grandes avanços no acolhimento para as famílias e crianças

No entanto, acredita-se faz importante destacar que a mediação de um psicopedagogo pode auxiliar na construção de atividades, oportunizando condições de aprendizagem, baseadas na realidade existente, proporcionando um desenvolvimento cognitivo positivo das crianças, o acolhimento adequado às crianças auxilia no processo de ensino aprendizagem, pois a partir da compreensão de como se aprende e como se pode ensinar e torna tangíveis as possibilidades de desenvolvimento de atividades que levam em consideração as habilidades de cada criança. Toda criança tem capacidade de aprender.

Os níveis de suporte no Transtorno do Espetro Autista fornecem uma estrutura importante para compreender as necessidades individuais das pessoas com essa condição. O Transtorno do Espectro Autismo Nível 1 de Suporte é uma categoria dentro do Espectro Autista que apresenta dificuldades sociais significativas, mas sem atrasos significativos no desenvolvimento da fala ou inteligência, por isso quanto mais cedo as intervenções e acompanhamento melhor desenvolvimento esta criança terá, e é na Educação Infantil que esta relação se inicia e estabelece.

Com o uso de abordagens comportamentais, terapia da fala, terapia ocupacional e apoio educacional, é possível melhorar as habilidades sociais, a comunicação e o comportamento, permitindo que a pessoa com alcance todo o seu potencial e participe plenamente da vida cotidiana.

Por isso, a intervenção precoce e personalizada é essencial para oferecer o suporte adequado para essas pessoas. Por fim, o apoio da família e dos educadores desempenha um papel crucial no desenvolvimento positivo e bem-sucedido da pessoa com Autismo em qualquer nível de suporte.

REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS

ALVES, Fátima. Inclusão: muitos olhares vários caminhos, e um grande desafio. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2005.

ASSUNÇÃO, F., Pimentel, A. Autismo Infantil. Revista Brasileira de Psiquiatria, Rio de Janeiro: Wak Editora, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

_____, Ministério da Justiça. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. 2º Ed. Brasília: CORDE, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/ SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/ SEESP, 1994.

CUNHA, Eugênio. Autismo e incluso: psicopedagogia práticas educadativas na escola e na família. Eugênio Cunha.-Rio de Janeiro: Wak Ed.2009.

CONSENZA, Ramon M. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Ramon M. Consenza, Leonor B. Guerra. – Porto Alegre: Artmed,.2011.

CRUZ, T. Autismo e inclusão: experiências no ensino regular. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

NOTBOHM, E. Dez coisas que toda criança com autismo gostaria que você soubesse. 2005. Disponível em:< http://www.ellennotbohm.com/article-translations/dez-coisas-que-toda-crianca-com-autismo-gostaria-que-voce-soubesse/> Acesso em: 15 jan. 2024.

MANTOAN, M.T. Inclusão social: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

RELVAS, Marta Pires. Neuropsicopedagias e transtornos de aprendizagem: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva. 5 ed. – Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

ROSE, Steven P. R. A promessa – e a ameaça. In: O cérebro do século XXI: como entender, manipular e desenvolver a mente. São Paulo: Globo, 2006.

SABBATINI, Renato. Frenologia: História da Localização Cerebral. Cérebro e Mente - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Neurociência. Março de 1997. Texto extraído da internet, acesso em 23 de janeiro de 2024, http://www.cerebromente.org.br/n01/frenolog/frenologia_port.htm.

SILVA. Revista de Saúde Pública, VOLUME 34, NÚMERO 1, FEVEREIRO 2000 p. 97 – 103. Explicando a Deficiência, Incapacidade e Desvantagem - Mundo Interpessoal. Acesso 20 de janeiro de 2024.